



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1- OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto o registro de preços, com validade de 01 ano, para eventual aquisição de Papel A4, dimensões 210x297mm, alcalino, gramatura 75g/m2, cor branca, acondicionado em embalagens com 500 folhas.

1.1. Fará parte deste Registro de Preços, como órgão participante, a ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXERCITO (UASG 160525), que será responsável pelas suas respectivas contratações.

### 2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 Seguem abaixo resumo dos objetos a serem contratados:

Item	Especificação	Quantidade Estimada
1	Papel A4, dimensões 210x297mm, alcalino, gramatura 75g/m2, cor branca, impressão frente e verso, para utilização em máquina copiadora e impressoras: laser, jato de tinta e matricial, acondicionado em caixa de papelão com 10 embalagens. <b>Cada embalagem deverá conter 500 folhas</b> , será elaborada em papel especial com proteção contra umidade, deverá apresentar o nome do fabricante, CNPJ, o selo CERFLOR ou FSC estampado na embalagem (poderá ser substituído por documentação relacionada ao produto entregue, que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira) e demais informações técnicas das características do produto.	3.000 (embalagens)

Item	Especificação	Quantidade Estimada
2	Papel A4, dimensões 210x297mm, alcalino, gramatura 75g/m2, cor branca, impressão frente e verso, para utilização em máquina copiadora e impressoras: laser, jato de tinta e matricial, acondicionado em caixa de papelão com 10 embalagens. <b>Cada embalagem deverá conter 500</b>	800 (embalagens)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

	<p><b>folhas</b>, será elaborada em papel especial com proteção contra umidade, deverá apresentar o nome do fabricante, CNPJ, o selo CERFLOR ou FSC estampado na embalagem (poderá ser substituído por documentação relacionada ao produto entregue, que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira) e demais informações técnicas das características do produto.</p>	
--	--	--

## 2.2 – DA RESERVA DE COTAS:

A licitação será realizada com RESERVA DE COTA, equivalente a 800 embalagens **(21,05 % do total)**, para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em atendimento a determinação do artigo 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme previsto no Decreto nº 8.538/2015, da seguinte forma:

**Item 1 - Cota principal: 3000 (três mil) embalagens de papel A4** - poderão participar todos os interessados, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, para entrega conforme os seguintes quantitativos:

**TRE/ES - 2.200 embalagens**

**ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXERCITO - 800 embalagens**

**Item 2 - Cota reserva: 800 (oitocentas) embalagens de papel A4** - poderão participar, **EXCLUSIVAMENTE**, microempresas e empresas de pequeno porte. A cota reserva terá destinação exclusiva para o TRE/ES.

## 2.3 - Código do CATMAT: BR0461828.

## 2.4 – DA QUANTIDADE A SER SOLICITADA

2.4.1 – Os pedidos de fornecimento obedecerão à conveniência e às necessidades do contratante, o qual não está obrigado a firmar as contratações advindas do registro de preços.

2.4.2 – O contratante solicitará, no mínimo, por pedido, 500 embalagens de papel A4, com 500 folhas em cada embalagem.

2.4.3 – A quantidade ofertada deverá ser igual à quantidade máxima prevista para aquisição, conforme estipulado neste Termo de Referência.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

### 3.1- DA MOTIVAÇÃO:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Justifica-se a aquisição pela necessidade de reposição dos estoques do Almocharifado e por ser mais conveniente para a Administração que as aquisições ocorram de forma parcelada, para evitar a formação de estoques grandes.

### **3.2- DO OBJETIVO:**

O objetivo da contratação é permitir a continuidade no atendimento dos pedidos, via sistema do almocharifado (ASI versão web), dos materiais necessários às atividades administrativas dos cartórios e unidades da Secretaria.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **4.1 LOCAL DE ENTREGA:**

#### **4.1.1. TRE/ES:**

O local de entrega será na Seção de Almocharifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. A entrega poderá ser agendada através do e-mail [salmop@tre-es.jus.br](mailto:salmop@tre-es.jus.br) ou pelos telefones (27) 21218643 e 21218634.

#### **4.1.2. ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXERCITO:**

O local de entrega será no endereço: Rua Território do Amapá, nº 455, bairro Pituba, CEP 41.830-540, Salvador - Bahia, no horário das 09:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 16 horas, de segunda a quinta-feira, e das 8:30 às 11:30 horas, na sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. A entrega poderá ser agendada através do e-mail [sac.esfcex@gmail.com](mailto:sac.esfcex@gmail.com) ou pelo telefone (71) 3202-8800.

### **4.2. PRAZO DE ENTREGA:**

Entregar o material no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente da contratante, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor;

### **4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**Recebimento Provisório:** No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**Recebimento Definitivo:** Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital;

O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

#### **4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos;

Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

#### **4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Fornecer e entregar o produto conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;

Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;

Retirar ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido em Edital, mantendo todas as condições de habilitação nele existentes;

Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência;

Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações;

Substituir, em até 05 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos por outro que contenha apenas os aprovados;

Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o material incorporado ao patrimônio da contratante;

Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;

Manter as certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas junto aos órgãos respectivos, durante toda a execução deste instrumento.

Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, observando os prazos e as especificações constantes do Edital e seus anexos, bem como da respectiva proposta, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues e sua validade;

**5. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS):**

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

**6. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1. SANÇÕES APLICÁVEIS:**

**6.1.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5(cinco) anos;

**6.1.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total da multa	Valor de incidência da multa
a) Atraso de entrega	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
b) Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
c) Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
d) Inexecução total ou parcial	----		30%	Objeto inexecutado
e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----		0,5%	Total do contrato



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**6.1.3.** O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

**6.1.4.** Excepcionalmente, após esse prazo, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o licitante vencedor à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

**6.1.5.** A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

**6.1.6.** A aplicação das multas previstas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**6.1.7.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

**6.1.8.** As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

**6.1.9.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**6.1.10.** A contagem do prazo estabelecido no subitem 6.1.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo licitante, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

**6.1.11.** A contagem do prazo estabelecido no subitem 6.1.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente da contratante, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 6.1.2, alíneas "a" e "b", caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

## **7. PAGAMENTO**

### **7.1. PRAZO DE PAGAMENTO**

O objeto entregue pelo licitante vencedor será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## 7.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

**7.2.1.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

**7.2.2.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

## 8. DO VALOR ESTIMADO:

ITEM	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	24,26	72.780,00
02	24,26	19.408,00

## 9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

### 9.1. Não poderão ser contratadas para execução do objeto deste TR:

**9.1.1.** Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

**9.1.2.** Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

**9.1.3.** A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

**9.1.4.** Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

**9.1.5.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

**9.1.6.** De acordo com o Acórdão do TCU nº 797/2011 – Plenário, em ocorrendo as hipóteses de que tratam os arts. 17, inciso XII, e 30, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, é vedada ao licitante, optante do Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos); e em caso de contratação, a licitante vencedora estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

10.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

Em 22 de março de 2023.